

## PROCESSO SELETIVO

### Caderno de Provas

Data de aplicação: 10/03/2013

## 118 - ADI - Nível Superior Especialista – Controle Interno-Auditoria

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

CHAVE DE SEGURANÇA:  
E S P C A 5

1. Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém setenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 70, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
2. Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
4. Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
5. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta para a prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
6. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
7. Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
8. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
9. A duração total das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
10. Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
11. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
12. É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
13. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
14. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.



### INFORMAÇÕES

- **11/03/2013** - A partir das 15h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar das provas objetivas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

**QUESTÃO 1**

O controle interno compreendido como sendo o plano de organização e dos métodos e medidas adotadas para salvaguardar o ativo das operações contábeis, em geral deve ter como objetivo básico o seguinte, exceto:

- (A) Prevenir fraudes e possibilitar descobri-las o mais breve possível.
- (B) Localizar erros e desperdícios, promovendo a uniformidade e a correção dos registros das operações.
- (C) Estimular a eficiência do pessoal, mediante a solicitação de relatórios voltados para a vigilância patrimonial.
- (D) Salvaguardar os ativos da organização, por meio de controles eficientes sob os aspectos vitais.
- (E) Impedir que ocorra uma eventual perícia em matéria de contabilidade, fazendo do controle interno uma ferramenta excelente.

**QUESTÃO 2**

Na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), uma das tarefas a ser realizada é a de apoiar as atividades de auditoria técnica, contábil e financeira em sua área funcional de supervisão. Portanto, essa atribuição cabe/caberá ao(s):

- (A) Presidente da ABDI, conforme a Lei nº 6.404/76.
- (B) Auditores responsáveis pelo controle interno da ABDI.
- (C) Diretores da ABDI, conforme previsto no Estatuto da ABDI.
- (D) Diretores da ABDI, conforme a Lei nº 11.638/07.
- (E) Conselho fiscal, conforme a legislação tributária.

**QUESTÃO 3**

A Auditoria interna é realizada por profissionais empregados da própria entidade, o que lhes confere uma posição relevante, em termos de assessoramento e zelo pelo objeto da contabilidade, no caso o patrimônio. Especificamente em se tratando da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a "Coordenação Auditoria" está imediatamente subordinada à:

- (A) Chefia de Gabinete, que por sua vez está subordinada à Presidência.
- (B) Coordenação de Gabinete, que por sua vez está subordinada à Diretoria I.
- (C) Presidência, diretamente.
- (D) Coordenação de Gabinete, que por sua vez está subordinada à Diretoria II.
- (E) Chefia da Assessoria Técnica da Presidência, que por sua vez está subordinada à Gerência Jurídica.

**QUESTÃO 4**

A estrutura da Constituição da República Federativa do Brasil demonstra que a mesma tem por finalidade instituir um Estado democrático, assentado em valores supremos da sociedade fraterna, plural e sem preconceito. Pode-se afirmar que esses valores são atributos da Constituição, exceto:

- (A) Valores sociais e individuais.
- (B) Valor de um Estado religioso, pela promulgação feita sob a proteção de Deus.
- (C) Valor de liberdade, de desenvolvimento.
- (D) Valor de segurança, de justiça.
- (E) Valor de bem-estar, de igualdade.

**QUESTÃO 5**

Os títulos aqui presentes da Constituição da República Federativa do Brasil apresentam-se da seguinte forma e rigorosamente na ordem crescente correta, em qual das alternativas?

- (A) Dos Princípios Fundamentais, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Da Organização do Estado, Da Organização dos Poderes.
- (B) Da Tributação e do Orçamento, Dos Princípios Fundamentais, Da Organização do Estado, Da Organização dos Poderes, Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
- (C) Da Ordem Econômica e Financeira, Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Da Tributação e do Orçamento e Da Organização dos Poderes.
- (D) Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Da Ordem Social e Da Ordem Econômica e Financeira.
- (E) Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Das Disposições Constitucionais Gerais, Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

**QUESTÃO 6**

O conceito de Constituição pode ser compreendido em vários sentidos, como o político, sociológico, formal ou jurídico. Aponte a alternativa em que se faz compreender o sentido jurídico de Constituição.

- (A) Constituição é uma espécie de acoplamento estrutural dos sistemas político e sociológico.
- (B) Constituição é algo que emana de um poder soberano, fazendo-se prevalecer ao determinar a estrutura mínima do Estado.
- (C) Constituição é o reflexo das forças sociais que estruturam o poder.
- (D) Constituição é a organização sistemática dos elementos constitutivos do Estado, por meio da qual se definem a forma e a estrutura deste, o sistema de governo, a divisão e o funcionamento dos poderes.
- (E) A Constituição deriva de um ato arbitrário e ilegítimo, de inspiração autoritária, que se traduz na outorga.

**QUESTÃO 7**

Os princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro podem ser expressos ou implícitos. O princípio capital para a configuração do regime jurídico-administrativo é o:

- (A) Princípio da proporcionalidade, no cumprimento da finalidade do interesse público.
- (B) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- (C) Princípio da finalidade, para alvejar a finalidade normativa.
- (D) Princípio da razoabilidade, do ponto de vista racional de descrição.
- (E) Princípio da legalidade, pois é específico do Estado de Direito.

**QUESTÃO 8**

Na organização administrativa, em se tratando do direito administrativo, ao se tratar dos órgãos e das competências públicas, quanto às funções que exercem, os órgãos podem ser corretamente classificados da seguinte maneira:

- (A) Simples, colegiais, passivos, imodificáveis e inferiores.
- (B) Ativos, de controle, consultivos, verificadores e contenciosos.
- (C) Competentes, obrigatórios, intransferíveis, compensadores e superiores.
- (D) Imprescritíveis, facultativos, centros de custos e equitativos.
- (E) Incompetentes, patrimoniais, função de governo e centro de despesas.

**QUESTÃO 9**

No direito administrativo existem os atos “*in specie*”, em função do conteúdo. Dentre esses atos, temos a figura tipológica da homologação. A definição sintética dessa figura é a seguinte:

- (A) Ato unilateral pelo qual a Administração, discricionariamente, faculta a prática de ato jurídico ou manifesta sua concordância com ato jurídico já praticado.
- (B) Ato vinculado unilateralmente, pelo qual a Administração faculta a alguém o exercício de uma atividade, tendo preenchido os requisitos legais.
- (C) Ato por designação genérica de fórmula pela qual são expedidos atos ampliativos da esfera jurídica de alguém.
- (D) Ato pelo qual a Administração, discricionariamente, faculta o exercício de atividade material, tendo como regra caráter precário.
- (E) Ato vinculado pelo qual a Administração concorda com o ato jurídico já praticado, uma vez verificada a consonância dele com os requisitos legais condicionadores de sua válida emissão.

**QUESTÃO 10**

Nas licitações e contratos da Administração pública, segundo a Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação com sua correta definição sintética está na alternativa:

- (A) Convite: entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento.
- (B) Tomada de preços: entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados, ou não cadastrados.
- (C) Concorrência: entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
- (D) Concurso: interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- (E) Leilão: interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

**QUESTÃO 11**

Para a habilitação nas licitações da Administração pública, segundo a Lei nº 8.666/93, será exigida dos interessados, exclusivamente, a documentação relativa ao ato. Assinale a alternativa que contém somente as exigências para habilitação dessa Lei.

- (A) Habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e cumprimento da Constituição Federal.
- (B) Qualificação econômico-financeira, livros fiscais devidamente escriturados e cumprimento da meta mínima de contratação de 5% de Portadores de Necessidades Especiais (PNE).
- (C) Qualificação técnica, certidão negativa criminal e ter em seu quadro de funcionários uma cota mínima de gênero de 3% de mulheres em cargos de chefia ou equivalente.
- (D) Regularidade fiscal, livros contábeis devidamente escriturados e cumprimento de uma política trabalhista diversificada, contratando pelo menos 6% de pessoas acima de 45 anos.
- (E) Habilitação jurídica, certidão negativa cível e ter cumprido alguma política afirmativa como a contratação de negros em no mínimo 5% de seu quadro funcional, sendo que a metade deve ocupar cargo de chefia ou similar.

**QUESTÃO 12**

A pena prevista para o crime de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório, conforme o art. 93 da Lei nº 8.666/93, será de:

- (A) Detenção, de 6 (seis) semanas a 2 (dois) meses, e multa.
- (B) Detenção, de 2 (dois) anos a 6 (seis) anos, e multa.
- (C) Detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.
- (D) Detenção, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa.
- (E) Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**QUESTÃO 13**

Conforme o Regulamento de Licitações e de Contratos do Serviço Social Autônomo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em seu art. 4º, para os fins desse regulamento considera-se Adjudicação como sendo:

- (A) O ato pelo qual a autoridade competente impede ao interessado a obrigação de executar o objeto a ser contratado.
- (B) O ato pelo qual a autoridade competente, após verificar a regularidade dos atos praticados pela comissão de licitação, ratifica o resultado da referida licitação.
- (C) O procedimento licitatório, precedido de concorrência ou de pregão.
- (D) O ato pelo qual a autoridade competente atribui ao interessado o direito de executar o objeto a ser contratado.
- (E) O ato pelo qual a autoridade competente, após verificar alguma irregularidade nos atos praticados, elimina e processa judicialmente os acusados.

**QUESTÃO 14**

De acordo com o Regulamento de Licitações e de Contratos do Serviço Social Autônomo Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em seu art. 6º, são limites para as dispensas e para as modalidades de licitação:

- (A) Para obras e serviços de engenharia: Dispensa - até R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais); Convite - até R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais); Concorrência - acima de R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais).
- (B) Para obras e serviços de engenharia: Dispensa - até R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais); Convite - até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); Concorrência - abaixo de R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais).
- (C) Para compras e demais serviços: Dispensa - até R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais); Convite - até R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais); Concorrência - acima de R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais).
- (D) Para compras e demais serviços: Dispensa - até R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais); Convite - até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); Concorrência - abaixo de R\$ 1.179.000,00 (um milhão, cento e setenta e nove mil reais).
- (E) Para as alienações de bens, sempre precedidas de avaliação: Dispensa - até R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais); Leilão - abaixo de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais); Concorrência - abaixo de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

**QUESTÃO 15**

No Regulamento de Licitações e de Contratos do Serviço Social Autônomo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em seu art.33, consta que o registro de preço, sempre precedido de concorrência ou de pregão, poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I. Quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado.
- II. Quando, pelas características do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições frequentes.
- III. Quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 16**

O Regulamento dos Procedimentos para Celebração de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica da ABDI, ao tratar da liberação dos recursos, indica que a Auditoria de convênios deve exigir que:

- (A) Os recursos ficarão depositados e serão geridos, exclusivamente, pela Caixa Econômica Federal e, no caso de outra instituição bancária, caberá análise a critério da Presidência da ABDI.
- (B) Os recursos ficarão depositados obrigatoriamente no Banco do Brasil S.A. e, no caso de outra instituição bancária, caberá análise a critério da Coordenação de Auditoria.
- (C) Os recursos ficarão depositados e serão geridos, preferencialmente, pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal e, no caso de outra instituição bancária, caberá análise a critério da Coordenação de Auditoria.
- (D) Os recursos serão geridos, obrigatoriamente, pela Caixa Econômica Federal e, no caso de outra instituição bancária, caberá análise a critério da Diretoria I e Diretoria II.
- (E) Os recursos ficarão depositados e serão geridos, preferencialmente, pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal e, no caso do Bradesco, caberá análise a critério da Coordenação de Contabilidade.

**QUESTÃO 17**

Na Auditoria de convênios, o Auditor deve observar em seu trabalho o Regulamento dos Procedimentos para Celebração de Convênios e Acordos de Cooperação Técnica da ABDI, no qual o conceito do instrumento convênio disciplina:

- (A) A transferência exclusiva de recursos da ABDI ao Governo Federal, visando à execução de ações de interesse recíproco.
- (B) A transferência de recursos de terceiros à ABDI, visando à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (C) O instrumento cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes, visando a uma cooperação mútua social.
- (D) A transferência de recursos da ABDI a terceiros, que visa à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (E) A transferência exclusiva de recursos do Governo Federal para a ABDI, em regime de mútua cooperação.

**QUESTÃO 18**

Na auditoria de convênios firmados pela ABDI, aplicando-se a estes a Resolução CFC nº 1.229/09 pela utilização do trabalho de auditoria interna, ao tratar da relação entre a função de auditoria interna e o auditor independente, deve-se considerar que:

- (A) Os trabalhos de auditoria interna são determinados pelo Governo federal e, quando aplicável, pelos auditores independentes.
- (B) Os objetivos da função de auditoria interna são determinados pela administração e, quando aplicável, pelos responsáveis pela governança.
- (C) Os objetivos da função de auditoria externa são fixados pela administração e, quando aplicável, pelos auditores externos independentes.
- (D) Os objetos dos contratos de convênios a serem auditados pela auditoria interna são determinados pela Presidência e, quando aplicável, pelo Governo Federal.
- (E) Os responsáveis pela governança determinam os objetivos da função de auditoria interna, selecionando a amostra em que se deve fazer a auditoria, e quando aplicável, pela Diretoria.

**QUESTÃO 19**

Na auditoria de convênios da ABDI, quando o auditor se deparar com o plano de trabalho no projeto básico, deve verificar se na metodologia e abordagem do projeto contém as seguintes informações, exceto:

- (A) Se foram indicados os mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem usados pelo proponente.
- (B) Se consta o detalhamento de como as diferentes etapas ou fases que serão implementadas, incluindo os principais procedimentos, as técnicas e instrumentos a serem empregados, bem como se a inter-relação entre as mesmas está presente no projeto.
- (C) Indicar qual o impacto social na região que ocorrerá com a execução do projeto, e definir quais indicadores de desempenho serão adotados para avaliação do projeto.
- (D) Deve indicar o término da vigência do convênio, na proposta de autossustentação do projeto.
- (E) Indicar os principais ganhos de produtividade, qualidade e quantidade a serem obtidos, assim como inovações tecnológicas a serem incorporadas.

**QUESTÃO 20**

Considere a jurisprudência, aqui tida como interpretação do estatuto que se submete a julgamento da justiça. Se por hipótese, tomarmos a questão da prestação de contas em conformidade com o Estatuto do Serviço Social Autônomo Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), segundo seu art. 24, em tese, os Ministros do TCU acordaram-se, ante as razões expostas pelo relator, devendo por unanimidade considerar o mérito procedente se:

- (A) O Conselho Fiscal remeteu ao Tribunal de Contas da União (TCU), até 31 de junho do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Fiscal, acompanhadas de manifestação do Conselho Deliberativo.
- (B) A Diretoria Executiva (DIREX) remeteu ao Tribunal de Contas da União (TCU), até 31 de maio do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Fiscal, acompanhadas de manifestação do Conselho Deliberativo.
- (C) O Conselho Deliberativo remeteu ao Tribunal de Contas da União (TCU), até 31 de abril do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pela Diretoria Executiva, acompanhadas de manifestação do Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) A Diretoria Executiva (DIREX) remeteu ao Tribunal de Contas da União (TCU), até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo, acompanhadas de manifestação do Conselho Fiscal.
- (E) A Diretoria Executiva (DIREX) remeteu ao Tribunal de Contas do Município (TCM), até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão semestral aprovadas pelo Conselho Fiscal, acompanhadas de manifestação do Conselho Federal de Contabilidade.

**QUESTÃO 21**

Tomando a jurisprudência, como sendo a ciência do Direito vista com sabedoria, na hipótese de sua aplicação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o relatório de gestão do exercício da ABDI, elaborado em atenção ao disposto na Lei nº 11.080/2004, no Decreto nº 5.352/2005, e nos termos do art. 70 da Constituição Federal, sem prejuízo de outras especificações e exigências do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, do Tribunal de Contas da União, e da Controladoria Geral da União, e supondo que a ABDI tenha sofrido representação acerca de suposto descumprimento de princípios em seu contrato de gestão, princípios previstos na Constituição, na Lei e no Decreto já citados, o TCU em tese proferirá sua opinião favorável à ABDI se a mesma observou os seguintes princípios, exceto:

- (A) Da continuidade e da entidade.
- (B) Da legalidade e da legitimidade.
- (C) Da economicidade e da eficiência.
- (D) Da Impessoalidade.
- (E) Da moralidade e da publicidade.

**QUESTÃO 22**

A competência do TCU para apreciar os atos praticados pelos responsáveis por entidades parafiscais, tais como aquelas integrantes do Sistema “S”, abrange o exame das formas de seleção e contratação de empregados. O processo seletivo deve assegurar a observância dos princípios constitucionais aplicáveis à seleção de pessoal. Quanto a possíveis irregularidades praticadas no âmbito da ABDI, o TCU determinou à ABDI que ao realizar processo seletivo para recrutamento e seleção de pessoal utilize:

- (A) Critérios subjetivos, tais como avaliação psicológica, assegurando a integridade.
- (B) Critérios subjetivos, tais como análise curricular, assegurando a igualdade.
- (C) Critérios subjetivos, tais como avaliação comportamental, assegurando a proteção.
- (D) Critérios subjetivos, tais como entrevistas, assegurando um sistema mais econômico para a ABDI.
- (E) Critérios objetivos de seleção de pessoal, assegurando a publicidade dos procedimentos.

**QUESTÃO 23**

O Balanço patrimonial da ABDI, em 31 de dezembro de 2011, apresentou um saldo na conta “Caixa e Bancos” de R\$ 163.835,63, perfazendo um ativo circulante de R\$ 39.274.613,99 e um passivo circulante de R\$ 17.882.876,26. Assim, a afirmativa correta é a seguinte:

- (A) A liquidez seca é igual a 2,187, indicando que para cada 1 (um) de ativo circulante têm-se 2,187 de passivo circulante.
- (B) A liquidez corrente é igual a 2,196, indicando que para cada 1 (um) de passivo circulante têm-se 2,196 de ativo circulante.
- (C) A liquidez geral é de 1,009, indicando que não se pode cobrir o passivo circulante sem recorrer a empréstimos bancários.
- (D) A liquidez corrente é igual a 2,205, indicando que se pode cobrir o passivo circulante e sobrar 1,205.
- (E) A liquidez corrente é de 109,151 porque o passivo circulante será coberto com o “Caixa e bancos”.

**QUESTÃO 24**

A Contabilidade da ABDI, em 31 de dezembro de 2011, apresentou um saldo na conta de Despesas Antecipadas de R\$ 14.552,52, sendo que no ano de 2010 o saldo era de R\$ 17.091,12. Aponte a alternativa correta.

- (A) As despesas antecipadas com saldo de R\$ 17.091,12 em 2010 foram contabilizadas no resultado do exercício de 2011.
- (B) As variações das despesas antecipadas de R\$ 2.538,60 estão contabilizadas no Passivo Circulante de 2011.
- (C) As despesas antecipadas de R\$ 14.552,52 estão contabilizadas no Ativo Circulante de 2011.
- (D) As despesas antecipadas de R\$ 14.552,52 já estão lançadas em 2011, na Demonstração do Superávit/Déficit.
- (E) O saldo das despesas antecipadas de 2010 e de 2011 não deveria constar no Ativo nem no Passivo, porque é uma conta de resultado.

**QUESTÃO 25**

A estrutura do Balanço patrimonial da ABDI, que é uma agência sem fins lucrativos, criada pela Lei Federal nº 11.080/2004 e que goza da isenção do imposto de renda, deve ser apresentada corretamente e na seguinte forma e ordem de liquidez:

- (A) Ativo circulante, ativo não circulante; passivo circulante, passivo não circulante (caso exista), e patrimônio social. O último grupo de contas deve ser o extrapatrimonial, que deverá ter o mesmo saldo ativo e passivo em reais, no final do exercício.
- (B) Ativo não circulante, ativo circulante; patrimônio líquido, passivo circulante e passivo não circulante. O último grupo de contas poderá ser o extrapatrimonial, não sendo necessário ser o saldo ativo igual ao passivo.
- (C) Ativo circulante do realizável a longo prazo, ativo não circulante; passivo não circulante, passivo circulante, e patrimônio social. O último grupo de contas deve ser o extrapatrimonial, que não deverá ter o mesmo saldo em reais, no início do exercício.
- (D) Primeiro as aplicações financeiras, por ser a conta de maior expressão monetária do ativo circulante, vindo depois as demais contas do ativo; passivo circulante, patrimônio social, passivo não circulante e a conta extrapatrimonial.
- (E) O primeiro grupo de contas deve ser o extrapatrimonial, que deverá ter o mesmo saldo em reais. Abaixo deve vir o Ativo circulante, ativo não circulante. Nas obrigações, o primeiro grupo será o patrimônio social, porque é nele que se classifica a reserva de superávit, vindo em seguida as contas de obrigações para com terceiros.

**QUESTÃO 26**

Uma empresa do segmento comercial de produtos em geral fez uma venda no valor de R\$ 17.000,00. 75% da venda foi a prazo e 25% à vista. Seu (CMV) Custo da Mercadoria Vendida representa 50% do preço de venda. Assim, os lançamentos (D) Débitos e (C) Créditos dos valores nas rubricas contábeis, de forma correta e considerando em absoluto os dados fornecidos, devem ser:

- (A) (1) D - Duplicatas a pagar, R\$ 12.750,00 e C - Banco conta corrente, R\$ 12.750,00 e C - Receita com vendas, R\$ 8.500,00. (2) D - CMV, R\$ 12.750,00 e C - Estoque para revenda, R\$ 12.750,00.
- (B) (1) C - Duplicatas a receber, R\$ 12.750,00, C - Banco conta corrente, R\$ 4.250,00 e D - Receita com vendas, R\$ 17.000,00. (2) C - CMV, R\$ 8.500,00 e D - Estoque para revenda, R\$ 8.500,00.
- (C) (1) D - Duplicatas a receber, R\$ 4.250,00, D - Banco conta corrente, R\$ 12.750,00 e C - Receita com vendas, R\$ 12.750,00. (2) D - CMV, R\$ 12.750,00 e C - Estoque para revenda, R\$ 8.500,00.
- (D) (1) D - Duplicatas a receber, R\$ 12.750,00, D - Banco conta corrente, R\$ 4.250,00 e C - Receita com vendas, R\$ 17.000,00. (2) D - CMV, R\$ 8.500,00 e C - Estoque para revenda, R\$ 8.500,00.
- (E) (1) C - CMV, R\$ 8.500,00 e D - Estoque para revenda, R\$ 8.500,00. (2) D - Duplicatas descontadas, R\$ 12.750,00, C - Banco conta corrente, R\$ 4.250,00 e D - Receita com vendas, R\$ 17.000,00.

**QUESTÃO 27**

Uma empresa do segmento de prestação de serviços de manutenção em geral adquiriu um seguro para um de seus veículos. O valor contábil do veículo é de R\$ 35.000,00 e o seguro com cobertura para um período de 12 meses (iniciando em janeiro) teve um custo total de R\$ 1.500,00. O seguro foi adquirido em 4 parcelas, sendo a primeira à vista e as demais a cada 30 (trinta) dias. Os lançamentos corretos dos (D) Débitos e (C) Créditos, tanto do custo do seguro na aquisição quanto na primeira amortização mensal no mês da contratação, será contabilizado assim:

- (A) (1) D - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 35.000,00, C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 2.916,67 e C - Seguros a pagar (passivo circulante), R\$32.083,33. (2) D - despesas com seguro (conta de resultado), R\$ 243,06 e C - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 243,06.
- (B) (1) D - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 1.500,00, C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 375,00 e C - Seguros a pagar (passivo circulante), R\$ 1.125,00. (2) D - despesas com seguro (conta de resultado), R\$ 125,00 e C - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 125,00.
- (C) (1) D - Seguros antecipados a vencer (ativo não circulante), R\$ 1.125,00, C - Banco conta corrente (ativo não circulante), R\$ 1.125,00 e C - Seguros a pagar (passivo não circulante), R\$ 375,00. (2) D - despesas com seguro (conta patrimonial), R\$ 125,00 e C - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 125,00.
- (D) (1) D - despesas com seguro (conta de resultado), R\$ 375,00 e C - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 375,00. (2) D - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 1.875,00, C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 375,00 e C - Seguros a pagar (passivo circulante), R\$ 1.500,00.
- (E) (1) C - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 375,00 e D - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 375,00. (2) D - despesas com seguro (conta de resultado), R\$ 375,00 e C - Seguros antecipados a vencer (ativo circulante), R\$ 375,00.

**QUESTÃO 28**

Uma empresa pessoa jurídica, sem fins lucrativos, de serviço social autônomo, está recebendo em seu disponível uma parcela do direito de repasse do INSS no valor de R\$ 145.000,00. Desse valor recebido, fará uma quitação parcial de uma obrigação para com terceiros, referente à obrigação trabalhista e social no valor de R\$ 45.000,00. O prazo do direito e da obrigação está classificado em 12 (doze) meses no mesmo exercício social. A correta contabilização, tanto para D - Débito quanto para C - Crédito das operações será a seguinte:

- (A) C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 145.000,00 e D - Repasse do INSS a receber (ativo circulante), R\$ 100.000,00 e D - Obrigações trabalhistas e sociais (passivo circulante), R\$ 45.000,00.
- (B) D - Banco conta corrente (ativo não circulante), R\$ 145.000,00 e C - Repasse do INSS a receber (ativo não circulante), R\$ 145.000,00. **Depois**, D - Obrigações trabalhistas e sociais (passivo não circulante), R\$ 45.000,00 e C - Banco conta corrente (ativo não circulante), R\$ 45.000,00.
- (C) D - Obrigações trabalhistas e sociais (passivo circulante), R\$ 145.000,00 e C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 145.000,00. **Depois**, D - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 45.000,00 e C - Repasse do INSS a receber (ativo circulante), R\$ 45.000,00.
- (D) C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 145.000,00 e D - Repasse do INSS a receber (ativo circulante), R\$ 145.000,00. **Depois**, C - Obrigações trabalhistas e sociais (passivo circulante), R\$ 45.000,00 e D - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 45.000,00.
- (E) D - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 145.000,00 e C - Repasse do INSS a receber (ativo circulante), R\$ 145.000,00. **Depois**, D - Obrigações trabalhistas e sociais (passivo circulante), R\$ 45.000,00 e C - Banco conta corrente (ativo circulante), R\$ 45.000,00.

**QUESTÃO 29**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis no CPC 26 faz menção às Demonstrações Contábeis. Aponte a alternativa em que todas as rubricas não se refiram a contas de resultado.

- (A) Outros recebíveis; investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial; capital integralizado; reservas; e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.
- (B) Receitas; custo dos produtos vendidos; lucro bruto.
- (C) Despesas gerais e outras despesas e receitas operacionais; parcela dos resultados de empresas investidas.
- (D) Resultado antes das receitas e despesas financeiras; despesas e receitas financeiras; resultado antes dos tributos sobre o lucro.
- (E) Despesa com tributos sobre o lucro; resultado líquido das operações continuadas; resultado líquido do período.

**QUESTÃO 30**

Assinale a alternativa que contenha somente demonstrações contábeis em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) formando um conjunto completo dessas demonstrações, sem qualquer outra peça ou documento que não seja considerado uma demonstração contábil pelo CPC.

- (A) (a) O balanço patrimonial; (b) a demonstração do resultado; (c) a demonstração do resultado abrangente; (d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) o livro caixa; (f) a demonstração do valor; e (g) as notas explicativas.
- (B) (a) O balanço patrimonial; (b) a demonstração do resultado; (c) o livro diário geral; (d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) a demonstração dos fluxos de caixa; (f) a demonstração do valor adicionado; e (g) as notas explicativas.
- (C) (a) O balanço patrimonial; (b) a demonstração do resultado; (c) a demonstração do resultado abrangente; (d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) a demonstração dos fluxos de caixa; (f) a demonstração do valor adicionado; e (g) as notas explicativas.
- (D) (a) O balanço patrimonial; (b) a demonstração do resultado; (c) a demonstração do resultado abrangente; (d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) a demonstração dos fluxos de caixa; (f) a demonstração do valor adicionado; e (g) o livro Razão.
- (E) (a) O balanço patrimonial; (b) a demonstração do resultado; (c) a demonstração do resultado abrangente; (d) a demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) a demonstração dos fluxos de caixa; (f) o livro de apuração do lucro real; e (g) as notas explicativas.

**QUESTÃO 31**

A Resolução CFC nº 1.366/11 aprova o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), estabelecendo a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público. Assim, o SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos possui por objetivo, exceto:

- (A) Apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, e produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço.
- (B) Mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade.
- (C) Apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas e estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades.
- (D) Mensurar o déficit ou superávit financeiro, apoiar as organizações não governamentais, apoiar as decisões de terceiros classificados em “restos a pagar” que se relacionam com o setor público e apurar os custos pelo método Primeiro que Entra Primeiro que Sai (PEPS) para fazer um planejamento tributário.

- (E) Apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados, e apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

**QUESTÃO 32**

O conceito de custos se consolidou em ser o gasto com bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços. Um de seus atributos é o de promover a comparabilidade. Assinale qual é o conceito de comparabilidade para o custo do setor público, em conformidade com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) segundo a Resolução nº 1.366/11.

- (A) Comparabilidade: deve permitir o detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas de comparabilidade e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários.
- (B) Comparabilidade: entende-se a qualidade que a informação deve ter de registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme, a fim de conseguir comparabilidade entre as distintas instituições com características similares. É fundamental que o custo seja mensurado pelo mesmo critério no tempo e, quando for mudada, essa informação deve constar em nota explicativa.
- (C) Comparabilidade: sistema que deve ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.
- (D) Comparabilidade: referente à qualidade que a informação tem de estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo, para esse efeito, a comparabilidade apresentar as operações e acontecimentos de acordo com sua substância e realidade econômica e não meramente com a sua forma legal.
- (E) Comparabilidade: entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões de seus usuários auxiliando na avaliação de eventos passados, presentes e futuros; deve ser útil à gestão tendo a sua relação custo-benefício sempre positiva na comparabilidade.

**QUESTÃO 33**

No registro de operações orçamentárias, uma empresa pública deve registrar a previsão da receita orçamentária corrente, R\$ 1.000,00, e de Capital, R\$ 600,00. O lançamento correto no sistema orçamentário, pelo método da partida dobrada do D - débito e do C - crédito, será o seguinte:

- (A) D - Banco conta movimento, R\$ 1.000,00; D - Caixa, R\$ 600,00; e C - Receita prevista, R\$ 1.600,00.
- (B) D - Banco conta movimento, R\$ 1.600,00; e C - Orçamento da receita, R\$ 1.600,00.
- (C) C - Receita prevista corrente, R\$ 1.000,00; C - Receita prevista de capital, R\$ 600,00; e D - Orçamento da receita, R\$ 1.600,00.
- (D) C - Banco conta movimento, R\$ 1.600,00; e D - Orçamento da receita, R\$ 1.600,00.
- (E) D - Receita prevista corrente, R\$ 1.000,00; D - Receita prevista de capital, R\$ 600,00; e C - Orçamento da receita, R\$ 1.600,00.

**QUESTÃO 34**

Na contabilidade pública, o lançamento correto no sistema patrimonial de despesas públicas liquidadas a pagar, de capital por mutações de uma compra de bens móveis, por R\$ 5.000,00, deve ser registrado corretamente no livro diário (D - débito e C - crédito) do seguinte modo:

- (A) D - Despesa empenhada, R\$ 5.000,00; e C - Banco conta movimento, R\$ 5.000,00.
- (B) D - Bens móveis, R\$ 5.000,00; e C - Caixa, R\$ 5.000,00.
- (C) D - Bens móveis, R\$ 5.000,00; e C - Variações ativas: mutações patrimoniais da despesa, R\$ 5.000,00.
- (D) C - Bens móveis, R\$ 5.000,00; e D - Variações ativas: mutações patrimoniais da despesa, R\$ 5.000,00.
- (E) D - Banco conta movimento, R\$ 5.000,00; e C - Custo do imobilizado vendido, R\$ 5.000,00.

**QUESTÃO 35**

Na contabilidade do setor público, as receitas estão classificadas na categoria econômica por: 1 - Receitas correntes e 2 - Receitas de capital. Assinale a alternativa que contém somente receitas públicas de capital.

- (A) Operações de crédito, receita tributária, alienação de bens.
- (B) Receita tributária, receita de contribuição, receita patrimonial.
- (C) Receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços.
- (D) Operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos.
- (E) Amortização de empréstimos, receita patrimonial, receita industrial.

**QUESTÃO 36**

O orçamento público tem por princípios orçamentários a aplicação de normas jurídicas. Escolha a alternativa que contém apenas princípios de orçamento público previstos na Lei nº 4.320/64, e/ou na Constituição Federal, e/ou na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- (A) Princípio da continuidade, do denominador comum monetário e da anualidade.
- (B) Princípio da unidade, da publicidade e da transparência.
- (C) Princípio do custo como base de valor, do orçamento bruto e da não afetação da receita de impostos.
- (D) Princípio da realização, da exclusividade e da legalidade.
- (E) Princípio da entidade, da confrontação das despesas com as receitas e da universalidade.

**QUESTÃO 37**

Na administração orçamentária de uma empresa para tomada de decisões de longo prazo, uma das técnicas a ser utilizada é denominada de payback. Para uma empresa que resolve fazer um investimento inicial de R\$ 10.000 no projeto "X" com entrada no ano 1 de R\$ 5.000, no ano 2 de R\$ 5.000, no ano 3 de R\$ 1.000, no ano 4 de R\$ 100 e no ano 5 (último) de R\$ 100, pode-se afirmar que o período de payback é de:

- (A) 5 anos exatos.
- (B) 3 anos e 27 dias.
- (C) 4 anos e 11 dias.
- (D) 2 anos exatos.
- (E) 2 anos, 2 meses e 7 dias.

**QUESTÃO 38**

Para o usuário das informações empresariais internas, relacionadas com os processos de gestão, a principal diferença entre a administração financeira e a contabilidade societária é a seguinte:

- (A) A contabilidade é feita pelo regime de caixa enquanto a administração financeira pelo regime da prudência.
- (B) A contabilidade é feita pelo regime misto enquanto a administração financeira pelo regime de competência.
- (C) A contabilidade é feita pelo regime de competência enquanto a administração financeira pelo regime de caixa.
- (D) A administração financeira é feita pelo regime misto, enquanto a contabilidade pelo regime de caixa.
- (E) A administração financeira é feita pelo regime do custo-benefício, enquanto a contabilidade pelo regime da consistência.

**QUESTÃO 39**

Uma determinada empresa deseja calcular seu CCL – Capital Circulante Líquido (positivo) ou sua NCG – Necessidade de Capital de Giro (negativa) para determinar a variação de seu circulante, tendo em vista a necessidade contábil e financeira de administrar seus direitos e obrigações. Interprete a tabela e aponte a alternativa incorreta.

Circulante Em R\$	Ano 11	Ano 10	Variação dos anos
Ativo	350.975	290.878	
Passivo	295.100	187.300	
CCL ou NCG			

- (A) A NCG para o ano 11 e ano 10, respectivamente, foi de R\$ 55.875 e R\$ 103.578.
- (B) A variação do CCL ou NCG, entre os anos 10 e 11, foi de (R\$ 47.703).
- (C) O CCL para o ano 11 e ano 10, respectivamente, foi de R\$ 55.875 e R\$ 103.578.
- (D) A variação do ativo circulante entre os anos 10 e 11 foi igual a R\$ 60.097.
- (E) A variação do passivo circulante entre os anos 10 e 11 foi igual a R\$ 107.800.

**QUESTÃO 40**

O auditor interno de uma agência de desenvolvimento industrial, lendo seu balanço patrimonial, se deparou com a seguinte nota explicativa: as transferências por contratos referem-se a pagamentos efetuados a convênios com recursos próprios no valor de R\$ 3.587.766,00. No balanço patrimonial no final do exercício, o saldo da conta Convênios era de R\$ 15.149.525,00 dentro de um passivo circulante de R\$ 17.882.876,00. A rubrica Caixa e bancos no final do exercício tinha um saldo de R\$ 163.835,00. Com essas informações, o auditor interno deverá concluir corretamente que:

- (A) A obrigação total para com os Convênios tem um saldo de R\$ 21.470.642,00.
- (B) Os débitos efetuados na rubrica Convênios foram de R\$ 163.835,00 e os créditos de mesmo valor, em Caixa e bancos.
- (C) Os créditos efetuados na rubrica Convênios, pelos pagamentos, foram de R\$ 15.149.525,00 e os débitos de mesmo valor, em Caixa e bancos.
- (D) Os débitos efetuados na rubrica Convênios, pelos pagamentos, foram de R\$ 3.587.766,00 e os créditos de mesmo valor, em Caixa e bancos.
- (E) Os créditos efetuados na rubrica Convênios, pela constituição de obrigações, foram de R\$ 3.587.766,00 e os débitos de mesmo valor, em Caixa e bancos.

**QUESTÃO 41**

O auditor interno, ao se deparar com o trabalho de auditoria das licitações, precisa de modo geral cotejar os contratos com a Lei nº 8.666/93 e observar o art. 37 da Constituição Federal. Nesse artigo consta que a administração pública obedecerá a alguns princípios, dentre os quais, o da impessoalidade. A impessoalidade é o princípio que:

- (A) Tem um conceito jurídico, cujo apanágio pode ser identificado no conjunto de valores informativos dos princípios administrativos.
- (B) Embarga tratamento desigual entre os administrados. Cuida do próprio princípio da igualdade.
- (C) Prescreve que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (D) Tem por objetivo assegurar transparência nas atividades administrativas.
- (E) Deve sopesar a relação de custo-benefício e buscar a otimização dos recursos públicos.

**QUESTÃO 42**

No trabalho de auditoria de contratos firmados com o setor público, é necessário que o auditor atente para a questão da classificação da despesa em sua categoria econômica. Escolha a despesa que é classificada corretamente no código econômico de despesas Correntes.

- (A) Classificam-se nesse código as despesas incorridas com elementos intangíveis do ativo público.
- (B) Classificam-se nessa categoria as despesas que contribuem, diretamente, para a formação de um bem a ser ativado.
- (C) Nessa categoria encontramos os registros de investimentos ativados.
- (D) Nessa categoria estão as despesas que indicam a desincorporação de um passivo como amortização da dívida.
- (E) Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem a ser ativado.

**QUESTÃO 43**

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado. O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando das possibilidades a seguir, exceto:

- (A) Aqueles de atividades empresariais de caráter transitório.
- (B) Aqueles de serviço cuja natureza justifique a predeterminação do prazo.
- (C) Aqueles cuja duração temporal não tenha prefixado termo extintivo.
- (D) Aqueles de contrato de experiência.
- (E) Aqueles de serviço cuja transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

**QUESTÃO 44**

Um empregador deve, na folha de pagamento ao empregado, o salário de R\$ 2.100,00 em função do contrato de trabalho por tempo indeterminado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) desse salário é de R\$ 29,00 e a contribuição ao INSS desse empregado é de R\$ 231,00. Os encargos sociais trabalhistas somam R\$ 856,00. Considerando o regime de competência contábil, assinale a alternativa correta.

- (A) A despesa com salário é de R\$ 1.840; as despesas totais são de R\$ 2.696,00; e foi necessária uma saída de Caixa de R\$ 2.696,00 para pagar o salário, o IRRF, o INSS e os Encargos sociais.
- (B) A despesa com salário é de R\$ 2.100,00; as despesas totais são de R\$ 2.956,00; e foi necessária uma saída de Caixa de R\$ 2.956,00 para pagar o salário, o IRRF, o INSS e os Encargos sociais.
- (C) As despesas totais, inclusive com o salário, são de R\$ 2.927,00; e foi necessária uma saída de Caixa de R\$ 2.927,00 para pagar o salário, o IRRF, o INSS e os Encargos sociais.
- (D) As despesas totais, sem os Encargos sociais, são de R\$ 2.129,00; e foi necessária uma saída de Caixa de R\$ 2.360,00 para pagar o salário, o IRRF e o INSS.
- (E) A despesa com encargos sociais é de R\$ 1.087,00; e foi necessária uma saída de Caixa de R\$ 3.187,00 para pagar o salário, o IRRF, o INSS e os Encargos sociais.

**QUESTÃO 45**

O gestor de pessoal, diante do fato de uma figura trabalhista especial, num caso específico de arbitragem, poderá eleger árbitro para a elaboração de um laudo arbitral trabalhista, segundo a Constituição Federal:

- (A) Se frustrada a negociação coletiva, então as partes poderão eleger árbitros.
- (B) Se o empregado não possuir recursos para custear um processo na Justiça do Trabalho, o gestor deve lhe oferecer um árbitro.
- (C) Se o empregador estiver com dificuldades financeiras comprovadas para constituir advogado que o represente na Justiça do Trabalho, o árbitro fará a arbitragem.
- (D) Se o empregado e o empregador forem pobres na concepção jurídica da palavra, o Estado indicará um árbitro e suportará os custos.
- (E) Se o gestor de pessoal eleger um árbitro de sua confiança, o Estado pagará pela arbitragem.

**QUESTÃO 46**

Assinale a alternativa correta a respeito dos objetivos da licitação realizada pela ABDI, conforme dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI.

- (A) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a ABDI e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.
- (B) A licitação é um processo administrativo que se destina a assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com a ABDI, disciplinada pela Lei nº 8.666/93 e que estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público.
- (C) Licitação pública é o procedimento administrativo da ABDI que se compõe de uma série encadeada de atos administrativos formais, com cada um deles assumindo sentido próprio, servindo a determinada utilidade, e todos eles em conjunto, propiciando à ABDI a escolha do proponente para com ela celebrar contratos administrativos.
- (D) Licitação é o procedimento administrativo realizado pela ABDI pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço de uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.
- (E) Licitação, no ordenamento jurídico da ABDI, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar acordos com a ABDI. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado.

**QUESTÃO 47**

É incorreto afirmar que a licitação será dispensada, conforme determina o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI:

- (A) Nos casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem pública e nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da ABDI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.
- (B) Na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação e na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo.
- (C) Na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com base no preço do dia e na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos.
- (D) Na contratação com serviços sociais autônomos ou com órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública, quando o objeto do contrato for vinculado às atividades finalísticas do contratado e na aquisição de componentes ou peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia.
- (E) Nos casos de urgência para atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis em tempo hábil para se realizar a licitação e na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrutória vinculados às atividades finalísticas da ABDI.

**QUESTÃO 48**

Para a habilitação nas licitações da ABDI, poderá ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Habilitação Jurídica: cédula de identidade, prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos pelo Regulamento em tese.
- (B) Qualificação Técnica: registro ou inscrição na entidade profissional competente, documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- (C) Qualificação Econômico-financeira: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório, certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no Regulamento em questão, que será devolvida para o licitante vencedor quando da assinatura do contrato e capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
- (D) Regularidade Financeira-fiscal: documentos comprobatórios da solvência da empresa juntos aos cartórios pertinentes, documentos fiscais comprobatórios do mínimo exigido por lei como capital social e juntada de autos de infração expedidos contra a empresa nos últimos cinco anos.
- (E) Regularidade Fiscal: prova de inscrição no CPF ou CNPJ, prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**QUESTÃO 49**

De acordo com o procedimento e o julgamento das propostas e recursos previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar que:

- (A) O procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa do seu valor e os recursos para atender à receita e despesa, com consequente autorização e pagamento, e a qual serão juntados na abertura os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.
- (B) Na definição do objeto, não será admitida a indicação de características ou especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.
- (C) Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto poderá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.
- (D) O ato convocatório deverá ser impugnado, no todo ou em parte, até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório, é decadente o direito de questionar a matéria nele constante.
- (E) Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados dirigidos ao Presidente da Comissão por intermédio de advogado, por escrito, no prazo de cinco dias úteis e, na modalidade convite e pregão, dois dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

**QUESTÃO 50**

Leia as seguintes afirmações a respeito do Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI e siga as instruções a seguir.

- I. As empresas deverão participar dos processos licitatórios constituídas na forma de consórcio, obedecendo às disposições legais sobre a matéria, desde que haja autorização expressa no edital, mas não poderão participar das licitações nem contratar com a ABDI seus dirigentes ou empregados.
- II. Os instrumentos convocatórios poderão assegurar à ABDI o direito de cancelar a licitação antes de assinado o contrato, desde que justificadamente.
- III. Na contagem dos prazos estabelecidos no Regulamento em questão excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, sem exceções legais, lembrando-se de que somente se iniciam e vencem os prazos em dia de funcionamento da ABDI.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 51**

É incorreto afirmar, a respeito dos princípios que regem o Regulamento de Convênios da ABDI:

- (A) A ABDI tem por objeto promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de emprego e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia, podendo para tanto buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas.
- (B) A ABDI articulará com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas ou consórcios o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento industrial, e, em especial, com os programas e projetos estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- (C) A ABDI promoverá a execução de convênios de política industrial com a aplicação de recursos próprios, sendo vedada a aplicação de recursos exclusivamente de terceiros em respeito ao Princípio da Transparência Pública.
- (D) Se a ABDI, em razão do estabelecimento de parceria com terceiros, receber recursos para aplicação em projetos de promoção da execução de políticas de desenvolvimento industrial, observará e fará observar as regras e condições estabelecidas pelas entidades supridoras dos recursos.
- (E) O executor, quando da execução de despesas com os recursos transferidos pela ABDI, se sujeita às regras de direito público, caso seja pessoa jurídica de direito público, ou, em se tratando de pessoa jurídica privada sem fins lucrativos, aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessárias, nesse caso, no mínimo três cotações prévias de preços no mercado antes da celebração dos contratos.

**QUESTÃO 52**

A ABDI formalizará ou modificará a relação jurídica com seus parceiros, instituições públicas ou privadas, utilizando-se dos seguintes instrumentos previstos no Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Plano Financeiro: instrumento regulamentador do montante financeiro aplicado nos contratos celebrados mediante as normas do Regulamento de Convênios da ABDI.
- (B) Acordo de Cooperação Técnica: instrumento cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes.
- (C) Convênio: disciplina a transferência de recursos da ABDI a terceiros, visando à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (D) Convênio de Patrocínio: regulamenta a transferência de recursos da ABDI com o fim de apoiar, subsidiária e secundariamente, atividades e ações integrantes de projetos de responsabilidade de terceiros, relacionados à atividade fim da ABDI.
- (E) Termo Aditivo: utilizado para promover modificações nas cláusulas e condições ajustadas originalmente em convênios e nos acordos de cooperação.

**QUESTÃO 53**

Para o estabelecimento da relação interinstitucional com os parceiros da ABDI, adotam-se as seguintes definições do Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Concedente: será sempre a ABDI que vem a ser a detentora dos programas e conta com os recursos necessários à efetivação da transferência.
- (B) Executor: instituição pública ou privada que se responsabiliza diretamente pela execução física e financeira do convênio.
- (C) Coexecutor: instituição pública ou privada que participa do convênio para atuar como corresponsável pela execução física e/ou financeira do objeto pactuado.
- (D) Interveniente: instituição pública ou privada que participa do convênio para executar exclusivamente as metas físicas, sem se envolver com os aspectos financeiros referentes às ações pactuadas.
- (E) Mandatário: pessoa que vai executar as normas da ABDI e cumprir mandados recebidos, executor dos atos ordenados ou autorizados pelo mandante.

**QUESTÃO 54**

Assinale a alternativa que contém os elementos do Plano de Trabalho previsto no Regulamento de Convênios da ABDI.

- (A) Cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes; e detalhamento dos participantes.
- (B) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e cronograma de recebimento de recursos.
- (C) Detalhamento das despesas; e cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes.
- (D) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e detalhamento dos participantes.
- (E) Cronograma de recebimento de recursos; e Projeto Básico.

**QUESTÃO 55**

Conforme o disposto no Regulamento de Convênios da ABDI, os recursos transferidos pela ABDI para execução do convênio não poderão, no todo ou em parte, ser aplicados em outras atividades não previstas no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência. São vedações previstas no Regulamento de Convênios da ABDI em relação ao tema proposto, exceto:

- (A) Despesas diversas daquelas aprovadas pela ABDI; e despesas com obrigações trabalhistas alheias ao objeto do convênio.
- (B) Despesas com obrigações previdenciárias e/ou tributárias não relacionadas diretamente com o objeto do convênio; e rendimentos de aplicações financeiras.
- (C) Pagamento de encargos de natureza civil, multas, juros ou correção monetária; e pagamento de taxas de administração, gerência ou similares.
- (D) Aquisição de bens de capital que contribua diretamente no processo produtivo, ou em immobilizações no país ou exterior; e aquisição de passagens e pagamento de diárias e hospedagens de empresários e/ou dirigentes, salvo se estiverem executando atividade prevista no plano de trabalho.
- (E) Despesas de representação sindical; e confecção, aquisição ou distribuição de presentes com finalidades promocionais.

**QUESTÃO 56**

Analise as alternativas e assinale a incorreta, a respeito dos órgãos de direção da ABDI, de acordo com a Lei nº 11.080/2004.

- (A) Diretoria Executiva, composta por um Presidente e dois Diretores.
- (B) Conselho Deliberativo, composto por quinze membros.
- (C) Conselho Econômico, composto por três membros.
- (D) O Conselho Deliberativo será composto por oito representantes do Poder Executivo e sete representantes de entidades privadas, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.
- (E) O Conselho Fiscal será composto por dois representantes do Poder Executivo e um da sociedade civil, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

**QUESTÃO 57**

Assinale a alternativa incorreta a respeito dos órgãos deliberativo e fiscal da ABDI, conforme dispõe a Lei nº 11.080/2004.

- (A) A destituição de membros dos Conselhos Deliberativo e fiscal não foi autorizada por regulamento, foi apenas aprovada por esse instrumento legislativo de competência da ABDI.
- (B) O Presidente e os Diretores da Diretoria Executiva da ABDI serão escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
- (C) O mandato do Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI será de 4 anos, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo Presidente da República.
- (D) Existe a previsão legal de exoneração de ofício por proposta do Conselho Deliberativo, aprovada a maioria absoluta de seus membros, para o Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI.
- (E) As competências e atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva serão estabelecidas em regulamento.

**QUESTÃO 58**

É correto afirmar, sobre as obrigações da ABDI, conforme o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Apresentar, anualmente, ao Poder Legislativo, até 31 de janeiro, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação geral do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis.
- (B) Definir os termos do contrato de gestão, que estipulará as metas e objetivos, os prazos e responsabilidades para sua execução e especificação dos critérios para avaliação da aplicação dos recursos a ela repassados.
- (C) Remeter ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
- (D) Aprovar, anualmente, o orçamento-programa da ABDI para execução das atividades previstas no contrato de gestão e articular-se com os órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento de suas finalidades.
- (E) Disponibilizar informações técnicas, creditícias, entre outras, que contribuam para o desenvolvimento industrial brasileiro e apreciar o relatório de gestão e emissão de parecer sobre o cumprimento do contrato de gestão da ABDI.

**QUESTÃO 59**

É incorreto afirmar, a respeito dos contratos de gestão da ABDI, conforme disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Na elaboração do contrato de gestão, prevê-se, expressamente, a especificação do programa de trabalho, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.
- (C) O contrato de gestão assegurará à Diretoria Executiva da ABDI a autonomia para a contratação e administração de pessoal, sob regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) O processo de seleção para admissão de pessoal efetivo da ABDI deverá ser precedido de edital publicado no DOU – Diário Oficial da União, observando-se os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (E) O contrato de gestão estipulará limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos empregados da ABDI e conferirá à Diretoria Executiva poderes para fixar níveis de remuneração para o pessoal da entidade, em padrões compatíveis com os respectivos mercados de trabalho, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional.

**QUESTÃO 60**

É correto informar que são órgãos de direção da ABDI, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005:

- (A) O Conselho Deliberativo e o Conselho Financeiro.
- (B) O Conselho Financeiro e o Conselho Fiscal.
- (C) O Conselho Financeiro e a Diretoria-Executiva.
- (D) A Diretoria Executiva e o Conselho Econômico.
- (E) O Conselho Fiscal e a Diretoria-Executiva.

**QUESTÃO 61**

O Conselho Deliberativo, órgão superior de direção da ABDI, é responsável pelas seguintes matérias, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.352/2005, exceto:

- (A) Aprovar o estatuto social da entidade, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004, e aprovar a política de atuação institucional, em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na mesma lei.
- (B) Deliberar sobre: o planejamento estratégico da ABDI, os planos de trabalho anuais e os relatórios de acompanhamento e avaliação, inclusive o relativo ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (C) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e o plano de aplicações apresentados pela Diretoria Executiva e aprovar as demonstrações contábeis e a respectiva prestação de contas da Diretoria Executiva.
- (D) Deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva referente ao plano de gestão de pessoal e ao plano de cargos, salários e benefícios, assim como sobre o quadro de pessoal e sobre a proposta de manual de licitações e de contratos elaborados pela Diretoria Executiva, e suas posteriores alterações.
- (E) Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004 e exercer outras competências que o estatuto atribuir, lembrando-se que o Conselho deliberará mediante resoluções, por maioria absoluta, observado o quórum mínimo de dois terços de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

**QUESTÃO 62**

O Conselho Deliberativo será composto por um representante de cada um dos órgãos e entidades públicas e privadas a seguir relacionados, com seus respectivos suplentes, sendo correto afirmar que são representantes do Poder Executivo, exceto:

- (A) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Casa Civil da Presidência da República.
- (B) Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Fazenda.
- (C) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- (D) IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e CNI – Confederação Nacional da Indústria.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

**QUESTÃO 63**

O Conselho Fiscal é órgão responsável pela fiscalização e controle interno da ABDI. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Conselho Fiscal, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005.

- (A) São atribuições do Conselho Fiscal: fiscalizar a gestão administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, observado o disposto no contrato de gestão; e deliberar sobre as demonstrações contábeis.
- (B) O Conselho Fiscal será composto por um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, um representante do Ministério da Fazenda e um representante da sociedade civil, e seus respectivos suplentes, todos designados para um período de três anos, sem remuneração, permitida uma recondução.
- (C) O Presidente do Conselho Fiscal será eleito dentre os membros, para um período de dois anos, vedada a recondução.
- (D) O representante da sociedade civil no Conselho Fiscal será designado pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (E) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, poderá solicitar aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações contábeis específicas.

**QUESTÃO 64**

Conforme o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, podemos compreender a existência de três tipos de expedientes que se diferenciam pela finalidade: ofício, aviso e memorando. A diagramação de cada um deles deve ser única e padronizada. A respeito da modalidade **memorando**, é correto afirmar:

- (A) O memorando é uma modalidade de comunicação interna e externa, tanto entre unidades administrativas da ABDI como entre unidades administrativas e setores públicos, exceto no que tange às comunicações oficiais ao público.
- (B) Em relação à comunicação interna, o memorando pode ser utilizado para unidades de mesma hierarquia, chefias imediatas, unidades diretamente subordinadas ou qualquer funcionário ou empregado da ABDI, desde que encaminhado com cópia para a chefia imediata.
- (C) O memorando é um dos principais instrumentos para a comunicação oficial entre os dirigentes da ABDI, desde que estes estejam na mesma localidade.
- (D) Tendo-se em vista a agilidade dos procedimentos abarcados pelo memorando, não se exige numeração sequencial, bastando a identificação da data de emissão para o controle interno.
- (E) A principal característica do memorando é sua agilidade; a tramitação do memorando em qualquer órgão ou unidade da ABDI deve pautar-se pela simplicidade e rapidez dos procedimentos burocráticos.

**QUESTÃO 65**

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas traz diversos modelos de expedientes oficiais que devem ser utilizados, mediante uma redação padronizada e oficial. Sobre o conceito e características da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Redação oficial é o meio utilizado para o estabelecimento de relações de serviço na administração pública e corresponde ao modo uniforme de redigir atos normativos e comunicações oficiais.
- (B) As entidades e órgãos oficiais brasileiros devem contar com um profissional redator para a elaboração da Redação Oficial, que são textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação; para tanto, exige-se a criação de projetos literários mediante pesquisa de temas e esquemas preliminares.
- (C) Para o alcance da efetividade nas relações, são traçadas normas de linguagem e padronização no uso de fórmulas e estética para as comunicações escritas oficiais, as quais são revestidas de certas peculiaridades restritas ao meio.
- (D) As comunicações oficiais devem primar pela objetividade, transparência, clareza, simplicidade e impessoalidade, sem exceções.
- (E) A redação oficial, da qual se permite extrair uma única interpretação, há de procurar ser compreensível não apenas pelos órgãos oficiais, mas também por todo e qualquer cidadão brasileiro.

**QUESTÃO 66**

A ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública. Conforme o previsto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar:

- (A) A ABDI tem sede e foro na cidade de Brasília – Distrito Federal, sendo-lhe permitido abrir e manter filiais, escritórios e representações por todos os Estados brasileiros, mas não no exterior.
- (B) A ABDI, como uma pessoa jurídica de direito privado, tem prazo de duração estabelecido em lei e previsão de renovação a cada cinco anos, conforme determina o Estatuto do Serviço Social Autônomo da instituição.
- (C) A ABDI tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.
- (D) São órgãos de direção da ABDI: Conselho Deliberativo, integrado por quinze conselheiros; Conselho Fiscal, integrado por três conselheiros; Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico; e DIREX – integrada por três membros, sendo um Presidente, um vice-Presidente e um Diretor.
- (E) Aos órgãos e entidades privadas representadas nos Conselhos, bem como aos seus respectivos representantes e aos membros da DIREX, não será atribuída responsabilidade solidária ou subsidiária quanto aos atos praticados no exercício de suas funções, em cumprimento da imunidade recíproca por decisão do Colegiado, em observância ao Regulamento e legislação pertinentes.

**QUESTÃO 67**

A vacância das funções de conselheiro é determinada pelo Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, sendo realizada por dois terços de seus membros. Assinale a alternativa incorreta sobre a motivação da vacância das funções de conselheiro.

- (A) Perda do cargo ou função pública motivada por condenação em processo administrativo disciplinar.
- (B) Declaração, pelo Conselho Deliberativo, de que o procedimento do Conselheiro é incompatível com a moralidade e o decoro administrativo, mediante processo administrativo disciplinar prévio.
- (C) Omissão, quanto às obrigações estatutárias.
- (D) Condenação, em processo judicial, com decisão transitada em julgado, motivada por ação ou omissão incompatível com suas obrigações de Conselheiro.
- (E) Ausência injustificada a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões, ordinárias ou extraordinárias, alternadas durante o prazo do mandato.

**QUESTÃO 68**

O Conselho Deliberativo da ABDI é órgão Colegiado de deliberação superior e será integrado por quinze Conselheiros, sendo oito representantes dos órgãos do Poder Executivo e sete representantes das entidades privadas. A respeito das entidades privadas relacionadas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, assinale a alternativa em que não se encontra uma das entidades participantes do Conselho Deliberativo:

- (A) Todos os órgãos do Poder Executivo e o Ministério do Comércio Exterior.
- (B) Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República.
- (C) Ministério da Fazenda e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- (D) Ministério da Ciência e Tecnologia e órgãos do Poder Executivo.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

**QUESTÃO 69**

São competências do Conselho Deliberativo definidas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente e Vice-Presidente; aprovar o Estatuto Social da ABDI, bem como definir as posteriores reformas.
- (B) Aprovar a política de atuação institucional em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004, bem como deliberar acerca do planejamento estratégico da ABDI.
- (C) Deliberar sobre os planos de trabalho anuais e respectivos relatórios anuais de acompanhamento e avaliação, inclusive quanto ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (D) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e do plano de aplicações.
- (E) Deliberar sobre as demonstrações contábeis, inclusive quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, após a deliberação do Conselho Fiscal.

**QUESTÃO 70**

Compete ao Conselho Fiscal da ABDI, conforme disposto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente; fiscalizar as gestões administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo da DIREX, observado o disposto no contrato de gestão.
- (B) Deliberar sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela DIREX, inclusive: quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo; e examinando e emitindo parecer acerca dos balancetes contábeis.
- (C) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis; e analisar, quando solicitado pelo Conselho Deliberativo ou pela DIREX, outras matérias de sua área de competência, opinando sobre elas.
- (D) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis específicas.
- (E) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a situação financeira-fiscal da ABDI para o público em geral, em respeito ao Princípio da Publicidade dos atos administrativos e transparência pública mediante autorização do Presidente por escrito.

# PROVA DISCURSIVA

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
3. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.** Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
4. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
5. A resposta deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
6. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova discursiva em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no subitem 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

## QUESTÃO

A Resolução CFC nº 1.282/10 atualiza e consolida dispositivos sobre os Princípios de Contabilidade. Considerando a necessidade de prover fundamentação apropriada para interpretação e aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, conceitue em absoluto acordo com a resolução citada, fundamente e exemplifique: **o que se pressupõe no Princípio da Continuidade?**

# FOLHA RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# RASCUNHO